

A INTERDISCIPLINARIDADE E O DESENVOLVIMENTO DE UMA CIDADE SAUDÁVEL

Ana Maria Girotti Sperandio, Lauro Luiz Francisco Filho, Jussara Conceição Guarnieri, Vanessa Cocenza, Simone Martins Trevisan, Gisele Rocha, Adriana Carneiro Rosa e Rodrigo Brandini Bloes.

RESUMO

A visão setorializada das composições estruturais das cidades reflete numa dinâmica deficiente do espaço urbano. As cidades devem propiciar ações intersetoriais participativas estimulando potencialidades individuais e coletivas, visando um desenvolvimento urbano na perspectiva da cidade saudável. Através do método descritivo, utilizaram-se dados qualitativos para realização do percurso metodológico, através do Laboratório de Investigações Urbanas- FEC/UNICAMP e do Grupo de Estudo de Planejamento Urbano e Cidade Saudável, utilizando para estudo hortas urbanas localizadas na cidade de Conchal (SP). Tendo como arcabouço teórico o Estatuto das Cidades (2001) e a Política Nacional da Promoção da Saúde (2014), realizaram-se pesquisas de campo através de entrevistas, fotografias e depoimentos da população. Observa-se que a horta comunitária é uma estratégia do planejamento urbano que visa a utilização de vazios urbanos promovendo melhorias na qualidade de vida. A horta comunitária contempla a participação social e a intersetorialidade, promovendo Cidades Saudáveis.

Palavras Chave: Intersetorialidade, Cidades Saudáveis, Participação Social.

1 INTRODUÇÃO

A responsabilidade dos diversos setores que compõe o âmbito público político sobrepõe-se à coexistência para suprir as necessidades das cidades no momento atual. É fundamentalmente errônea a visão crítica setorializada das deficiências, ineficiências e demandas estruturais ou de formação das cidades, uma vez que estas são fruto das próprias relações e ações interdisciplinares e intersetoriais, promotoras da dinâmica das relações sociais e espaciais que compõe o espaço urbano.

O ato de pensar o planejamento urbano e territorial, seguido do ato de projetar uma cidade de forma transdisciplinar, caracteriza-se em uma nova busca dentro dos moldes do conhecimento científico e acadêmico. Em geral, essa configuração de ideias envolve valores e princípios, inseridos em um processo de construção da malha urbana em busca de uma cidade saudável.

Para muitos autores, o planejamento urbano com o enfoque do saudável, torna-se uma constante busca através do desempenho de diversas funções tendo como base a ocupação urbana. Segundo Villaça (2012), para saber os problemas das cidades é preciso elaborar um diagnóstico técnico (VILLAÇA, 2012).

O artigo 182 da Constituição Federal traz um olhar sobre política urbana, onde tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, bem como a garantia do bem-estar de seus habitantes. Isso deve estar conectado com as ações interdisciplinares e intersetoriais, cujo olhar urbano procura transformar os espaços multifuncionais, com enfoque em reestruturar os vazios urbanos da paisagem de múltiplas escalas em ambientes geradores de maior qualidade de vida de seus moradores.

A construção do espaço torna-se saudável quando há relação de pertencimento entre seus habitantes, além de corresponsabilidade. Isto vem de atitudes compartilhadas com obrigações e/ou compromissos entre o indivíduo, o coletivo e o setor público. De acordo com Brandão (2010), a construção de municípios potencialmente saudáveis parte de três esferas fundamentais: a gestão, a participação comunitária e os serviços públicos (BRANDÃO, 2010).

Com a intenção de responder às mudanças decorrentes da constante urbanização dos espaços e de suas consequências para a qualidade de vida das populações, busca-se superar a conexão de gestão municipal predominante àqueles cujos pressupostos são a interdisciplinaridade, a intersetorialidade e a participação popular, as quais são consideradas, no momento atual, fundamentos de orientação de uma nova prática de reformas administrativas.

Para atingir os objetivos e fundamentar esse estudo foram selecionados e estudados alguns documentos como: Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) e a Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2014), as quais se baseiam em ações intersetoriais, participativas e equitativas, que atuem em uníssono e desenvolvam as potencialidades para a promoção de cidades saudáveis.

A construção de políticas públicas saudáveis, um dos temas da Carta de Ottawa (1986), traz como significado ações conjuntas para assegurar bens, serviços e ambientes sustentáveis e saudáveis que contribuam para a cidade saudável. As articulações das políticas públicas como resposta aos desafios presentes nas cidades devem contemplar as necessidades dos agentes sociais para que haja uma interação que remeta a governança na cidade e promova espaços desejáveis, multifuncionais e que, principalmente, cumpra a sua função social.

2 OBJETIVO

Evidenciar a importância da intersetorialidade para o desenvolvimento urbano na perspectiva da Cidade Saudável.

3 METODOLOGIA

Utilizando uma abordagem ecossistêmica, considerando o homem relacionado com meio ambiente, o Laboratório de Investigações Urbanas (LABINUR) da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (FEC/UNICAMP) por meio do Grupo de Estudo de Planejamento Urbano de Cidades Saudáveis (GEPUCS) estudou as convergências entre as políticas públicas existentes por meio de dois marcos legais: Política Nacional de Promoção da Saúde de 2014 e o Estatuto da Cidade de 2001.

O campo de realização do estudo foi à implantação de uma horta urbana, localizada na cidade de Conchal – SP. Situada a 180 km da capital do Estado de São Paulo - Brasil, com uma população de aproximadamente 26.000 habitantes, segundo censo 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse município é parte integrante da Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS) há 06 anos.

A RMPS viabiliza, monitora e incentiva a construção de comitês locais promovendo a intersetorialidade. É um processo em construção constante baseada no intercâmbio local, intra e intermunicipal de saberes e práticas originadas a partir de cada localidade e respeitando as especificidades. Essa Rede tem colaborado na construção das políticas públicas saudáveis integradas, possibilitando reflexões de diversos temas através da criação de espaços coletivos nos municípios e nas universidades envolvendo representantes das comunidades. (RMPS, 2010).

A RMPS tem colaborado com o desenvolvimento de diferentes projetos que tem como premissas básicas os princípios da promoção da saúde: Políticas Públicas Saudáveis, Autonomia, Intersetorialidade e Participação Social. Atualmente com cerca de 60 municípios envolvidos em Rede, o eixo principal tem sido a Promoção da Saúde (PS) e o desenvolvimento do Planejamento Urbano Saudável. A metodologia de trabalho é a constituição de um Comitê Local organizado para o desenvolvimento e elaboração de projetos articulados e integrados, promovendo o fortalecimento da participação social na construção de políticas públicas saudáveis e a cooperação intersetorial através da PNaPS.

O projeto da horta urbana foi possível através da atuação conjunta da Universidade Estadual de Campinas, prefeitura local, união dos moradores e dos profissionais da saúde. A área de intervenção foi um vazio urbano localizado no bairro Planalto, assistidos pela Unidade de Saúde da Família “Maria Batista Silva Correia” – USF Planalto, que atende aproximadamente 1.500 famílias. É nesta região que foi feito o levantamento dos dados que subsidiam este estudo.

A prefeitura doou o terreno de nove mil metros quadrados onde se localizava o vazio urbano, no qual foi possível implantar a horta comunitária. Inicialmente foi feito um sorteio selecionando onze famílias para que começassem a desenvolver o projeto, onde atualmente são contempladas 25 famílias.

Após a implantação da horta, as ações foram acompanhadas através de reuniões e monitoradas pelo Departamento Municipal de Saúde e pelo Comitê local contemplando a intersetorialidade através das ações integradas entre os departamentos municipais tais como: Educação, Obras, Planejamento, Recursos Humanos, Finanças, Promoção Social, Segurança Pública, Vigilâncias, Comunicação, Meio Ambiente e Jurídico, os quais passaram a se organizar na elaboração e avaliação dos Projetos de Promoção da Saúde na cidade de Conchal-SP baseados nas orientações da RMPS, através de atas, planilhas, documentos oficiais, registros fotográficos, filmagens e evoluções diárias que foram compartilhadas com diversos setores da saúde e nos departamentos, no qual a prestação de contas se deu através do Conselho Municipal de Saúde conferindo e aprovando os investimentos através dos empenhos e das notas fiscais.

Na busca de obter uma investigação detalhada sobre o impacto social da implantação de políticas públicas com foco no planejamento urbano e cidade saudável, obtendo conhecimento sobre a reverberação da horta urbana, foi feita uma metodologia descritiva

baseada em um estudo de caso onde realizou-se pesquisas de campo, através de entrevistas abertas, questionários, registros fotográficos, filmagens e depoimentos da população local, e uma entrevista com o prefeito, quanto à participação social e a intersectorialidade.

Uma das metodologias utilizada neste estudo foi A Avaliação de Pós Ocupação (APO), denominado Walkthrough, como o percurso dialogado. Foi realizado pela observação dos pesquisadores, em entrevistas com pessoas que possuem participação nas atividades da horta comunitária urbana. Sua realização permitiu identificar, descrever, hierarquizar os pontos positivos e negativos do ambiente, baseados na participação de três trabalhadores da horta comunitária, os quais foram convidados a participar da atividade. Os três convidados foram selecionados devido ao longo período no qual participam da horta, uma vez que possuem produtos cultivados em seus canteiros desde o início da implantação do projeto. Ao decorrer do percurso, as percepções cognitivas ativas a memória dos participantes, o que promove em seus relatos características muito próximas às que eles vivem no seu dia a dia. Dados relevantes quanto à promoção da dinâmica em suas relações sociais e lembranças quanto à transformação visual que a implantação da horta promoveu no bairro, revelam o caráter intersectorial que este método de pesquisa tem a capacidade de extrair dos participantes.

Também foram realizadas entrevistas nas casas localizadas no entorno da horta a fim de observar o alcance das benfeitorias proporcionadas pela implementação deste projeto, não só para os que participam diretamente das atividades da horta, mas também para os que participam indiretamente consumindo os itens produzidos assim como a população local e municipal beneficia-se das alterações visuais do meio decorrente da recuperação de um vazio urbano antes degradado. Nos mapas abaixo podemos observar a relação de unidades familiares entrevistadas, a quantidade de pessoas que conhecem outras pessoas que trabalham na horta, quem consome os itens produzidos e mesmo quem apenas conhece a existência do projeto.

NA HORTA

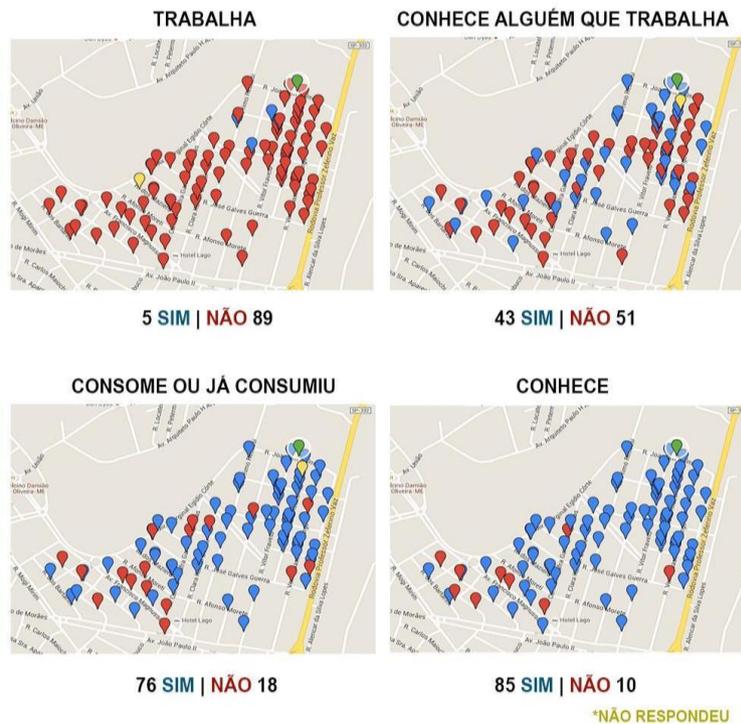


Fig. 01 - Mapas com as residências entrevistadas e respostas relacionadas a reverberação do projeto da horta.

Para a realização das entrevistas, foi desenvolvido um formulário com 18 perguntas que abrangiam desde hábitos de consumo até a questão sobre o significado da horta para aquele entrevistado.

Com estes dados foi possível construir uma matriz quantitativa, para medir analiticamente quais aspectos mais foram influenciados quanto à implantação da horta. Para tal, foi feita uma padronização das respostas fazendo a sua correspondência quanto às características da cidade saudável, estas obtidas através de estudos aprofundados na disciplina de pós-graduação AQ100 (Planejamento Urbano como promotor da Cidade Saudável) e no Grupo de Estudos GEPUCS, baseados nas literaturas indicadas. As características selecionadas foram: Pertencimento, Governança, Afetividade, Saúde, Segurança, Economia, Lazer, Educação, Cultura, Mobilidade, Eliminação da duplicação de esforços (em relação às políticas públicas locais), Coletividade, Intersetorialidade, Função Social (do território) e Equidade.

Paralelamente à elaboração do formulário de entrevistas nas casas, foi desenvolvido um questionário para a instituição educacional localizada mais próxima da comunidade. Afim de observar os mesmos efeitos de reverberação da horta nos jovens, as 18 questões foram adaptadas para a faixa etária de 11 a 17 anos da Escola Estadual Sebastião Gomes, onde o questionário foi aplicado em uma sala de cada ano, do 6º ao 9º do Ensino Fundamental II e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio.

Abaixo o gráfico mostra em porcentagem a reverberação da horta em cada ano, o grau de conhecimento e envolvimento com o projeto.

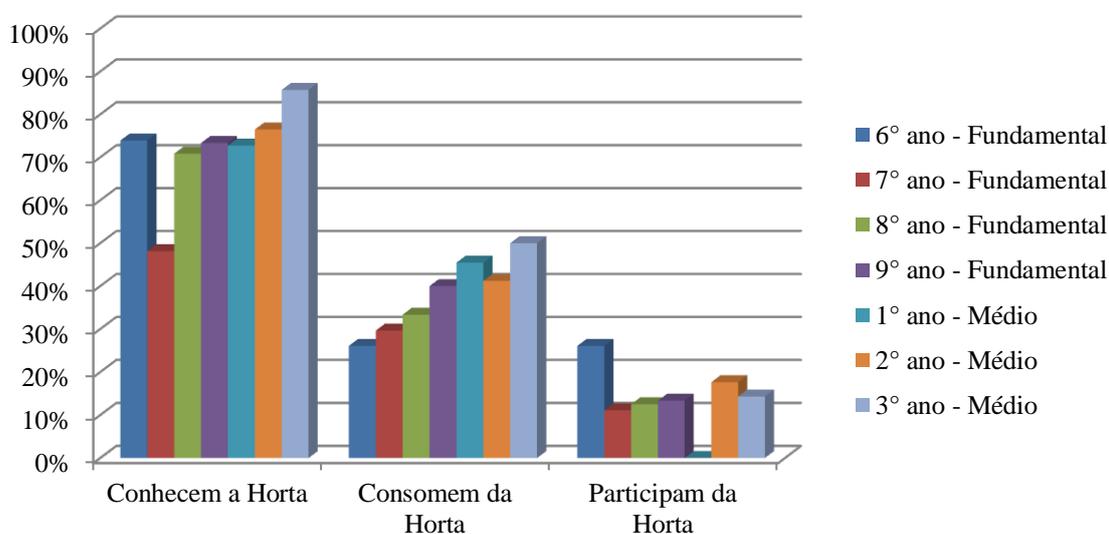


Gráfico1: Porcentagem de alunos, que conhecem a horta comunitária, que consomem produtos da horta e quantos participa auxiliando parentes a cuidar de seus canteiros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse estudo de caso observou os mecanismos do envolvimento da gestão pública na aplicação das ações de saúde, relacionando com outras políticas municipais, envolvendo também as áreas de educação, meio ambiente, economia, entre outras, bem como a maneira de desenvolver o diálogo com a comunidade local envolvida, e ainda, a

participação dos setores administrativos da prefeitura com enfoque de uma Cidade Saudável.

Através de um diálogo com o prefeito local e dentro de um contexto de promoção da saúde e de ocupação dos vazios públicos urbanos, pôde-se observar o envolvimento do gestor e seu trabalho de manter as políticas públicas desenvolvidas por meio de projetos sociais.

As outras propostas de pesquisas trouxeram resultados satisfatórios quanto à reverberação da implantação da horta urbana. Através do walkthrough, foi possível registrar relatos dos moradores quanto ao novo ponto de convivência que a horta proporcionou ao bairro. A entrevista nas casas possibilitou conhecer a abrangência de sua reverberação, e a matriz quantitativa evidenciou características fundamentais de promoção da cidade saudável, como o aumento de equidade, a eliminação de esforços, melhoria na economia familiar, reflexo positivo na mobilidade e melhoria da saúde dos habitantes do entorno da horta.

Constatou-se que a maioria dos jovens que responderam ao questionário conhecem a horta, cerca da metade consome ou já consumiu produtos da horta, mas somente uma pequena parcela respondeu que participa, conhece quem participa ou que possui familiares que participam diretamente. Também verificou-se que apenas alguns jovens compreendem que a Horta Comunitária do Jardim Planalto faz parte de um projeto de políticas públicas, não diferenciando-a de outras hortas da cidade. Com isso identificamos que há necessidade de incentivo maior por parte do poder público e da própria escola para que esses jovens conheçam mais de perto o projeto e participem ativamente, inclusive incluindo o tema horta como proposta curricular e pedagógica dentro das disciplinas para que ela permeie todos os conhecimentos e permita o aluno perceber que este é um tema multidisciplinar, onde é possível aplicar os conceitos aprendidos e contribuir com o projeto e o território onde vivem.

A inserção da horta na escola é um exemplo de como a interdisciplinaridade pode acontecer no ambiente escolar e de como a educação pode intervir no meio urbano através da participação social, assim como os outros setores podem interagir entre si como o poder público municipal através da secretaria da saúde, o poder público estadual em suas diversas esferas como pela Escola Estadual Sebastião Gomes e pela Universidade Estadual de Campinas, podendo ainda ser ampliado através da participação por meio de outros setores.

E a intersetorialidade da pesquisa se fez presente ao buscar respostas além daquelas dadas pelos participantes diretos da horta e dos moradores adultos do entorno, identificando os estímulos que os jovens receberam com a implantação da horta e os incentivos que eles receberam por parte da escola e do poder público em relação ao conhecimento de um projeto social e a participação em seu próprio território.

A partir do estudo dos documentos norteadores pôde-se observar que o processo da implantação dos projetos de promoção da saúde requer reflexões referentes à qualificação de uma vida saudável dos munícipes, trabalhando a intersetorialidade e a participação social no desenvolvimento de políticas públicas que promovam a cidade saudável.

Com a articulação entre os agentes sociais, a prática do trabalho em comunidade e considerando o indivíduo em sua totalidade, há a conquista da melhoria na qualidade de vida, promovendo a dignidade social embasada na governança, que tem o fortalecimento no plano executado com cada especialista de seu setor, unidos em um único objetivo: o desenvolvimento de uma cidade saudável.

O desenvolvimento de uma cidade a partir da concepção do saudável implica no planejamento do espaço urbano de modo que possibilite o desenvolvimento das habilidades e potencialidades dos seres que ali habitam, possibilitando a interação entre eles e o ambiente, contemplando a norma no que diz respeito à função social da cidade. (BRASIL, 2005).

O planejamento urbano participativo, ou seja, quando o cidadão organizado em entidades representativas participa efetivamente no desenvolvimento dos Planos Diretores, promovendo uma transformação política orientada na expansão da cidade de forma ordenada, identifica uma fase da década de 1990, em que ocorreu marcos importante para a regulamentação urbana no país. (Francisco Filho, 2010).

A metodologia de trabalho da RMPS prevê a constituição de um Comitê Local, organizado para a elaboração e desenvolvimento de projetos articulados e integrados, fortalecendo e empoderando a população que, juntamente com a colaboração intersetorial, promovem a construção de políticas públicas saudáveis.

Com a criação do Comitê Local da RMPS, o município passou a ter atitudes, ações e projetos construídos coletivamente com diferentes representantes dos departamentos, secretarias e a participação do Prefeito.

A formulação de uma lei municipal promulgada em setembro de 2010 instituindo *“Programa de políticas públicas saudáveis” no município de Conchal*, resultou na organização de uma horta comunitária piloto em um bairro de baixa renda do município com objetivo de alimentação saudável e geração de renda. A mobilização dos técnicos e da comunidade para a melhora de um espaço público é percebida em fotos e nos documentos oficiais.

Ações desenvolvidas a partir da citada lei propiciaram benefícios aos usuários como a mudança de estilo de vida, aquisição de hábitos saudáveis para o bem-estar e a qualidade de vida da população, que puderam ser comprovados através das pesquisas de campo realizadas com ação de diferentes setores para um ambiente e comunidade saudáveis.

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNaPS), publicada em 2006 e revisada em 2014 pelo Governo Federal Brasileiro prioriza diversas ações intersetoriais e destaca a importância da construção e transformação de espaços urbanos saudáveis. (BRASIL, 2014).

Os temas transversais para a elaboração de projetos de promoção da saúde dessa política são: Determinantes Sociais da Saúde (DSS), Equidade e Respeito a Diversidade; Desenvolvimento Sustentável; Produção de Saúde e Cuidado; Ambientes e Territórios Saudáveis; Vida no Trabalho; Cultura da Paz e Direitos Humanos e os eixos operacionais para concretizar essas ações são: Territorialização; Articulação e Cooperação intra e intersetorial; Rede de Atenção à saúde; Participação e Controle Social; Gestão; Educação e Formação; Vigilância, Monitoramento e Avaliação; Produção e Disseminação de Conhecimentos e Saberes; Comunicação Social e Mídia (BRASIL, 2014). Estes temas fazem conexões teóricas e prática com o desenvolvimento planejamento urbana para cidade saudável.

Perante essas estratégias, Conchal passou a ter agenda fixa de trabalho, rodas intersetoriais de conversas mensais com as participações de representantes dos departamentos e dos Prefeitos, ações e projetos passaram a ser desenvolvidas coletivamente. Políticas Públicas Saudáveis em rede foram elaboradas e novos projetos visando qualidade de vida e bem-estar à população foram organizados e implantados de acordo com as especificidades e necessidades locais que atendem aos eixos da Política Nacional de Promoção da Saúde (2014) e às estratégias do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor.

Através da intersetorialidade pode-se observar o processo de desenvolvimento de uma cidade saudável identificando os sinais de efetividade como: atitudes de agregação e confiabilidade, satisfação, pertencimento, governança, ações intersetoriais e políticas públicas participativas, como mostram as figuras de 02 a 05.



Fig. 02 – Organização dos formulários para as entrevistas. *Fonte: Arquivo GEPUCS*



Fig. 03 – Vista horta comunitária. *Fonte: Arquivo GEPUCS*



Fig. 04 – Conversa com agentes comunitários locais. *Fonte: Arquivo GEPUCS.*



Fig. 05 – Professores, alunos, agentes comunitários e participantes da horta. *Fonte: Arquivo GEPUCS.*

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intersetorialidade e interdisciplinaridade são princípios que permitem o desenvolvimento do capital humano, a participação social e a atuação coletiva no processo de construção de uma cidade saudável.

Discute-se a partir do crescimento e expansão urbana que as políticas e gestão municipal sejam repensadas, buscando formas que assegurem ações integradas, possibilitando assim, o acesso aos recursos para a ampla participação comunitária, no desenvolvimento das estratégias de promoção da saúde. Para alcançar o objetivo é necessário convocar os diferentes agentes que formam a sociedade, órgãos públicos, setores econômicos,

representantes da sociedade civil, criando uma rede intersetorial a qual represente a população geral.

Verifica-se a importância da compreensão pelos representantes do município das políticas de Promoção da Saúde vigentes, viabilizando espaços urbanos saudáveis.

A participação do município na RMPS contribui no que diz respeito à promoção de saúde, a troca de experiências com outros municípios, bem como o envolvimento da sociedade civil na busca de melhorias do seu bem viver na perspectiva do urbano saudável. Desenvolveu-se um trabalho articulado entre as secretarias e departamentos que tem, entre seus projetos prioritários, o fortalecimento da rede local, ingresso na participação social nos projetos e acesso a informação.

O trabalho através da RMPS possibilitou a identificação de espaços urbanos para o desenvolvimento de ambientes saudáveis. Fundamentada na Política Nacional de Promoção da Saúde, foi possível o desenvolvimento de políticas públicas que promotoras de um urbano saudável.

Esta rede possibilita a triangulação entre governo, comunidade e universidade, e está subsidiando as decisões políticas e desenvolvendo as competências e alianças intersetoriais para conduzir projetos, concomitantemente na perspectiva da promoção da saúde e do desenvolvimento urbano, transformando a realidade da população local, e promovendo o município de Conchal a um município saudável.

É fundamental o desenvolvimento de pesquisas articuladas com o governo e das comunidades locais adotando como metodologia a intersetorialidade sendo um dos aspectos a ser contemplados como um dos eixos transversal na concepção e implementação de Políticas Públicas Urbanas e de Saúde para cidades saudáveis.

6 REFERÊNCIAS

Brandão, I.R. (2010) Na Trilha do Município Saudável, *in*: A. M. G. Sperandio, D. G. Machín e M. A. B. Fortunato (orgs.), **Políticas Integradas em Rede e Construção de Espaços Saudáveis: Boas Práticas para a Iniciativa dos Rostos, Vozes e Lugares**, OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde, Brasília-DF, 31-57.

Brasil (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**, Senado, Brasília-DF.

Brasil (2005) **Estatuto da Cidade: Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos**, Instituto Polis, Brasília-DF.

Brasil (2014) Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, **Política Nacional da Promoção da Saúde - PNaPS: Revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2016**, Brasília – DF, 32.

Carta de Ottawa (1986) **Conferência Internacional sobre a Promoção de Saúde**. Ottawa, Canadá. Disponível em: www.opas.org.br/coletiva/uploadArq/ottawa.pdf. Acesso em 08 Mar. 2015.

Francisco Filho, L.L. (2010) Plano Diretor para Municípios Potencialmente Saudáveis in A. M. G. Sperandio, D. G. Machín e M. A. B. Fortunato (orgs.), **Políticas Integradas em Rede e Construção de Espaços Saudáveis: Boas Práticas para a Iniciativa dos Rostos, Vozes e Lugares**, OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde, Brasília-DF, 157-175.

Villaça, F. (2012). **Reflexões sobre as Cidades Brasileiras**, Studio Nobel, São Paulo-SP.

WEB E SITES

<http://www.redemunicipiosps.org.br/>